

Métodos de Pesquisa

HARVEY WALKER

(Professor da Ohio State University)

II

COLETA DE DADO: TRABALHO DE CAMPO

MUITO embora nossas bibliotecas e outros repositórios de material impresso e manuscrito conttenham — grande coleção de documentos que registram a experiência humana, são muitos os problemas sociais que não foram, ainda, estudados ou comentados sistematicamente. Em consequência disso, os que desejam realizar pesquisas sobre esses problemas devem usar dados imperfeitos obtidos por meio de um ou de outro processo de levantamento direto, ou, seja, do *trabalho de campo*. Muito embora essa expressão, tomada em seu sentido literal, tenha uma significação limitada, aqui ela significará todos os tipos de pesquisas que não são feitas por meio da análise do material impresso ou manuscrito das bibliotecas.

Poucos assuntos de interesse e valor atual podem ser estudados exaustivamente por meio das observações e experiências de outras pessoas, conforme foram tais observações e experiências documentadas em palavras impressas. Por outro lado, há poucos assuntos, na verdade, sobre os quais não existe registro impresso disponível. Assim, o pesquisador deve, normalmente, começar seu trabalho nas bibliotecas conforme foi esse trabalho descrito no artigo anterior. Para levá-lo, porém, a uma conclusão frutífera, ele deve acrescentar aos dados assim obtidos outros provenientes dos métodos de pesquisa ditos "de campo". Infelizmente, quer pela respectiva instrução, quer pela experiência, poucos estudiosos estão mais preparados para empreender "o trabalho de campo" do que para realizar estudos bibliográficos. Conseqüentemente, muita coisa a que se dá o nome de pesquisa pouco mais é, na realidade, do que um comentário em torno dos pontos de vista de outras pessoas. Esse material "requentado" pouco contribui para o aumento do conhecimento humano e tem por resultado a elevação de alguns "técnicos" à categoria de pequenos profetas, uma honraria que podem ou não merecer.

O "trabalho de campo" pode ser levado a efeito de muitas maneiras. A simples observação feita pelo pesquisador pessoalmente é a menos complexa. No entanto, a notável contribuição

feita às ciências naturais por homens como Galileu, Lineu, Mendel e Bacon baseava-se em simples observação de indivíduos capazes e inteligentes que sabem como registrar, classificar e interpretar o que viram. Nas ciências sociais, as oportunidades de descobertas importantes, dentro dos limites da capacidade do cérebro de um único indivíduo, não são numerosas, muito embora existam. O campo da pesquisa deve ser pequeno e curto o tempo com ela gasto. Entre os exemplos de tais trabalhos está a análise dos registros de casos de delinquência juvenil realizada por Sheldon Glueck e Robert Lynd's Middletown. "Trabalhos de campo" similares são perfeitamente realizáveis dentro dos limites de um único órgão público em assuntos como moral, absentismo e efeitos de iluminação quando as observações são limitadas às provas objetivas e não levam em conta as opiniões do empregado.

Novos e difíceis fatores são introduzidos nos métodos de pesquisa quando se esforça com o objetivo de obter, classificar e analisar opiniões. Muitas vezes, porém, estas são importantes comprovações dos motivos que levam os indivíduos a tomar certas atitudes e, até mesmo, a empreender uma ação franca. O pesquisador não pode, muitas vezes, dizer se a reação que ele provoca quando pede uma opinião representa o verdadeiro ponto de vista da pessoa a que fez esse pedido ou se é, apenas, o que essa pessoa imagina ser certo e justo. A opinião pode basear-se em falsas informações, ou, até mesmo, em nenhuma. A pessoa inquerida pode preferir conservar-se no anonimato, podendo, por isso, recusar fornecer os dados que poderiam acarretar, posteriormente, a sua identificação como fornecedor dos mesmos. Quando um grupo numeroso é submetido à análise, é impossível uma cobertura completa do assunto a analisar, devendo-se usar, então, a amostragem. Esta dá lugar à seguinte questão: a amostra colhida representa, realmente, o campo por analisar? A triste sorte da enquete do *Digest* na eleição de 1936 nos Estados Unidos mostra como podem fracassar os planos de pesquisa em virtude de uma técnica medíocre de amostragem.

Uma das técnicas de "trabalho de campo" mais largamente usadas e eficientes é a da entre-

vista. Esta é de grande importância em matéria de pesquisa na administração pública, desde que grande parte das decisões e realizações das autoridades governamentais nunca é objeto de registro escrito para fins de informação e orientação de outras pessoas. São muitas as razões disso. A maioria dos administradores não são escritores. É um *segrêdo* de todos conhecido o fato de que seus artigos e discursos são preparados por seus auxiliares. Além disso, parece haver certa relutância em registrar o empirismo administrativo no papel, dizendo alguns que assim acontece porque o iniciado aprecia fazer um certo mistério em torno de seu trabalho, ensinando-o, aos poucos, aos novinhos. O público, em geral, não deve, por outro lado ter nenhuma oportunidade de devassar êsse mistério. Outros dizem, porém, que isto se deve ao fato dos administradores saberem que seus métodos não são — científicos e, por isso, receiam que o público conheça tal verdade. Seja qual for a razão, muito pouca experiência administrativa é objeto de registro e publicação. Os administradores gostam, porém, de falar e dão entrevistas às pessoas devidamente qualificadas e cujos propósitos são respeitáveis.

As entrevistas devem ser, no entanto, prévias e cuidadosamente planejadas. As questões por apresentar, devem ser bem examinadas. Se são poucas, devem ser formuladas oralmente. Se são numerosas, devem ser escritas. Num e noutro caso, porém, (e principalmente no segundo) as regras da cortesia podem exigir que elas sejam apresentadas por escrito e adiantadamente a fim de dar ao entrevistado a justa oportunidade para formular respostas devidamente refletidas. As pessoas que são objeto de entrevistas devem ser, cuidadosamente, selecionadas, a fim de assegurar o máximo de informações com um mínimo de esforço da parte do pesquisador. As autoridades administrativas são, em geral, pessoas ocupadas. Elas apreciam a consideração que o estudioso lhes dispensa, não os importunando com o simples objetivo de obtenção de provas cumulativas ou de corroboração.

A equipe inglesa de pesquisa de Sidney e Beatrice Webb dedicam considerável espaço de seu excelente livro *Methods of Social Research* ao exame da entrevista, isto é, à questão de dever ou não o entrevistador registrar à vista do entrevistado as respostas dadas às perguntas que fez e conforme foram as mesmas feitas. Eles concluem pela negativa, desde que o efeito psicológico sobre o entrevistado é no sentido de inibi-lo para as respostas prontas e francas. Isto pode ser um fato em se tratando de certas questões. No entanto, a experiência que adquiri entrevistando cerca de oitenta diretores de órgãos públicos da Inglaterra e da Escócia em 1932 e 1933, é de que foi bastante agradável para eles o registro imediato das respostas que davam às minhas perguntas. Muitos deles, por sinal, pediram, apenas, que eu lhes permitisse ler e rever meu relatório quando êste estivesse pronto. Eu sempre pergun-

tava ao entrevistado se êle tinha alguma objeção a fazer ao meu sistema de tomar notas durante a entrevista. A invariável resposta sempre foi "*não certamente!*"

O emprêgo de um formulário têm várias vantagens. Pode ser usado por um auxiliar que apenas registra as respostas, deixando a apreciação dos mesmos para o pesquisador. Tôdas as questões são submetidas à verificação, havendo, por isso, pouca probabilidade de ser desprezada uma delas. Finalmente, formulam-se as mesmas questões a todos os entrevistados, facilitando-se, assim, a análise estatística. Estas razões explicam, em parte pelo menos, porque o formulário é comumente usado no censo.

Às vêzes, não é conveniente que o pesquisador realize, pessoalmente, as entrevistas por causa do número destas, das dificuldades de transporte ou do seu custo. Em tais casos muitos preferem o questionário.

Êste é um formulário similar ao sugerido anteriormente para uso em entrevistas, formulário êsse que é modificado a fim de facilitar a resposta pelo correio. Permite a cada pessoa entrevistada que formule suas respostas sem auxílio ou orientação, a não ser a contida no próprio questionário. Êsse processo têm, ainda, a vantagem adicional de poder ser empregado, simultaneamente (ou quase) numa ampla área territorial. Os principais problemas envolvidos são: 1) resistência quase geral ou inércia da parte daqueles a quem os questionários são enviados; na maioria dos inquéritos, considera-se normal a devolução de dez por cento dos questionários distribuídos; 2) falta de contrôle sobre as respostas, o que acarreta ampla variedade das mesmas, exigindo considerável trabalho da parte do investigador, isto é, trabalho de interpretar as respostas antes de serem classificadas; 3) diferenças de interpretações dos questionários por aquêles que os preenchem, o que acarreta respostas que não são dignas de confiança.

Têm-se estudado bastante o esquema dos questionários a fim de evitar ou diminuir essas dificuldades. Atenção cuidadosa dispensada à formulação das questões nêles contidas reduzirá a ambigüidade. Limitando-se o questionário ao espaço correspondente ao de duas faces de uma única folha de papel de tamanho padrão e formulando-se as questões de maneira que permita sejam respondidas preenchendo-se os espaços em branco para êsse fim reservados, reduzir-se-á a resistência, contribuindo-se, ao mesmo tempo, para padronizar as respostas. O envio, em anexo, de envelope devidamente selado e com o endereço do expedidor nêle impresso também auxilia a obtenção das respostas como também constitui auxílio inestimável para o pesquisador prometer-se aos que cooperam uma cópia das tabelas resultantes do inquérito que se está realizando. No entanto, apesar de todos os aperfeiçoamentos que podem ser introduzidos, os questionários não produzem resultados tão satisfatórios e dignos de

confiança como as entrevistas. Eles devem, por isso, ser usados apenas quando as entrevistas e as fórmulas esquemáticas não podem ser empregadas.

Outro tipo de "pesquisa de campo" é a que utiliza uma equipe ou grupo de pesquisadores em vez de um único indivíduo. Este é o tipo mais comumente encontrado nos órgãos públicos. Em muitos departamentos e empresas do governo há uma grande divisão composta de um chefe, de uma equipe de pesquisadores profissionais, especializados em vários setores de conhecimentos científicos aplicáveis às atividades do órgão além de um grupo de funcionários de escritório e servidores subalternos. As vezes, têm até a sua biblioteca especializada e livre acesso aos arquivos de outras unidades. As principais autoridades administrativas do órgão indicam, na ocasião oportuna, os problemas que devem ser estudados, pedindo-se, então, à divisão de pesquisa que procure as soluções para os mesmos. O chefe dessa divisão distribui as tarefas entre seus pesquisadores, individualmente ou por equipe, dependendo da natureza do problema e do volume do trabalho em vista.

O grupo de pesquisa exige constante coordenação, não só em matéria de planejamento, como também, em matéria de execução. Por isso, quando os grupos são designados, nomeia-se chefe de cada um deles um de seus membros. É este chefe que dirige o trabalho diário de seus colegas profissionais, mantém constante contacto com o chefe da divisão e prepara o relatório final dos trabalhos com as contribuições de todos. Além disso, ele pode ser encarregado da execução de uma parte das pesquisas. Exemplos de trabalhos de pesquisa realizados por equipe são a notável obra conhecida por relatório da Comissão Hoover e as tarefas de investigação executadas por equipes de técnicos das Nações Unidas que são enviadas a várias partes do mundo com esse propósito. Dentro das unidades públicas existem tarefas como as executadas pelos órgãos de orçamento na verificação da eficiência administrativa ou os que determinam os fatores fundamentais das condições sociais como base para as medidas de administração que deverão ser tomadas. Os programas de bem-estar social, de construção de estradas ou de desenvolvimento agrícola só podem processar-se, inteligentemente, com base no fato. Estes devem ser obtidos dentro da própria administração. Com esse propósito, são necessários muitos pesquisadores.

Uma técnica muito útil de pesquisa por equipe é a que se emprega por meio da conferência. Esta é uma discussão em que tomam parte os técnicos que expõem e discutem suas opiniões, chegando, finalmente, a um acôrdo. O resultado não representa, na verdade, o total dos pontos de vista manifestados, mas, apenas, uma síntese de opiniões diferentes da opinião individual dos membros do grupo. De fato, os que participam da conferência, comumente des-

cobrem que modificaram suas opiniões em virtude da aceitação parcial ou integral das opiniões dos outros. Essa técnica é, particularmente, útil na fase de planejamento, nas conferências periódicas sobre a marcha do plano de pesquisa e ao terminar o trabalho quando se planeja o relatório final e se precisa estimar o valor dos dados que foram coligidos. (1)

Diz-se, muitas vezes, que a experimentação nas ciências sociais é praticamente impossível, desde que os seres humanos não se submetem ao contrôle da mesma forma que os elementos químicos são manipulados num laboratório. A literatura sobre as ciências sociais contém, no entanto, o registro de muitas experiências, algumas tão bem sucedidas quanto os feitos no campo das ciências naturais. (2) Num livro de pequeno tamanho, mas de grande valor, publicado em 1947, o Professor F. Stuart Chapin, Presidente do Departamento de Sociologia da Universidade de Minnesota, trata, de modo realmente frutífero, dos planos e experiências feitos no setor das ciências sociais. Ele descreve três tipos de planos: 1) o aplicável aos problemas existentes (o presente); 2) o relativo aos problemas de antes e depois (o futuro) e o relativo ao passado, no qual se parte do problema presente para atingir uma suposta causa.

Os problemas sociais podem ser estudados selecionando-se dois grupos de indivíduos da mesma categoria. Estimula-se ou se dispensa um certo tratamento a um dos grupos e não ao outro, que é chamado *grupo de contrôle*. São registradas, então, as observações assim feitas e as relações entre os dados relativos a cada grupo. Presume-se que as divergências são devidas ao estímulo experimental dispensado a um dos grupos. Tais estudos constituem um frutífero método de ação em pesquisa social e, geralmente, levam a descobertas realmente significativas.

Análise dos Dados

Uma vez coligidos os dados nas bibliotecas ou por meio da pesquisa direta (trabalho de campo) eles devem ser avaliados a fim de que se possa tirar as devidas conclusões. Estas, para terem valor, devem resultar dos dados e estar de acôrdo com eles. Na maioria das pesquisas os dados coligidos são volumosos demais para serem compreendidos e muito menos para serem avaliados antes de serem classificados. Em muitos casos, a procura de uma classificação que se ajuste aos dados constitui tarefa diferente. O

(1) Vide, para melhor conhecimento do assunto, *Committees and Conferences — How to Lead Them*, de William E. Utterback (Rinehart & Co. New York, 1950).

(2) Vide *Experimental Sociology: a Study in Methods* de Ernest Greenwood (Kings Crown Press, Cambridge, Inglaterra, 1945).

cientista categorizado que pode identificar os agrupamentos naturais e as relações entre os dados, alcançará êxito mais rapidamente do que os inexperientes. Para a maioria dos principiantes a classificação é um processo empírico. Uma após outra é experimentada até que se descobre aquela que parece racionalizar o material e estabelecer sua significação.

O tempo, às vezes, é interessante como elemento cronológico para a classificação dos dados; nesse caso o problema é de escolha do intervalo de tempo mais útil. As grandezas são, também, de significação em certos estudos, ajustando-se os dados no seu exato lugar de acôrdo com suas dimensões cúbicas, pêso ou altura. Em certos casos em que a relatividade é fator importante, pode-se empregar a escala gráfica que pode conter uma seqüência de tempo em um eixo e as grandezas em outro. Dessa espécie são os gráficos em barra que mostram as tendências das grandezas (valores) em certos períodos. O pesquisador que emprega êsses gráficos deve ter todo o cuidado em evitar os desvios, mantendo intervalos uniformes.

Os estatísticos empregam instrumentos muito úteis pelos quais os graus de relações entre duas séries de dados podem ser expressos em têrmos numéricos, como os coeficientes de correlação de Pearson. Por meio de um conjunto de certo modo mais complexo, conhecido por correlação parcial, os estatísticos reduzem a proporções, que permitem uma utilização e tratamento mais fácil, os fatôres complexos como os das relações entre três ou mais séries. Conceitos estatísticos mais simples como os da mediana, moda e média, assim como os quartís e decís podem ser utilizados pelo pesquisador menos familiarizado com a estatística. Mesmo a idéia de amostragem tem seu aspecto estatístico e o êrro provável pode ser identificado matematicamente. Não se tentará explicar aqui, porém, todos êsses conceitos. O estudioso que sente necessidade de aumentar suas habilidades a fim de lidar com os dados brutos e de os reduzir a uma forma em que sejam utilizáveis, ampliará seus conhecimentos em estatística elementar e a intermediária entre esta e a superior. Os conhecimentos superiores nesse campo ficam para os estatísticos.

Depois da classificação vem a análise. Pouco importa o número de interessantes tabelas, gráficos e cartas que pode um relatório conter. Elas pouco valor terão, salvo se tiverem relações com o problema em foco. Muitas pesquisas fracassam nesse ponto. O pesquisador impressiona-se de tal modo com o que produz, q deixa de analisar o produto de seu trabalho e tirar dêle as necessárias conclusões. Algumas pessoas receiam mesmo tirar dêle as necessárias conclusões. Poderiam estar erradas, poderiam ser criticadas, etc. Mas se o seu estudo fôr cuidadosamente planejado, se os dados forem cuidadosamente analisados, as conclusões serão, natu-

ralmente, lógicas. O pesquisador deve ter coragem de expor, públicamente, o que descobriu, pouco importa a crítica que lhe possa ou lhe deva ser feita. Cabe ao crítico mostrar em que foi falha a técnica empregada pelo pesquisador ou porque as conclusões a seu ver não estão de acôrdo com os dados apresentados. As vezes, êsses críticos estão certos. Nesse caso, o trabalho deve ser feito de novo. Mas em tal caso o pesquisador que realizou o primeiro trabalho aproveita a crítica porque aprende alguma coisa. Ele próprio pode refazer o trabalho, o crítico pode empreender essa tarefa em seu lugar ou qualquer outra pessoa pode dedicar-se a ela e apresentar melhores conclusões.

As retiradas da análise dos dados representam uma síntese. As várias partes do estudo realizado podem relacionar-se com diferentes aspectos do problema que é objeto de investigação. As que são tiradas de cada parte devem, porém, ser expostas e feitas as generalizações que estejam em concordância com tôdas as partes. A hipótese com que a investigação começou deve ser tratada comparando-a com as conclusões e generalizações feitas depois de concluído o trabalho, revista e reformada essa hipótese a fim de ajustar-se aos fatos que foram descobertos e reformulada em sua forma concreta.

Uma fase final que segue normalmente o processo de pesquisa é a das sugestões, ou recomendações de medidas que devem ser tomadas visando corrigir o desajustamento social posto à mostra pela pesquisa. Esta é função realmente política que não é, normalmente, da responsabilidade do pesquisador, muito embora, não raro, se peça a êste que apresente suas sugestões. Quando êle assim deve proceder devido ao cargo que exerce ou por outro qualquer motivo, o caminho mais indicado a seguir é o de alvitrar várias possíveis providências, deixando para as autoridades políticas do govêrno a tarefa de escolher qual a que deve ser adotada. O pesquisador terá a satisfação de saber que seja qual fôr a providência posta em prática ela não estará em desacôrdo com os fatos básicos.

PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO MANUSCRITO

Escrever é uma arte que só se pode aprender com a prática. E' uma tarefa difícil, o que explica o fato de a evitarem muitas pessoas que, se escreverem, muitas coisas importantes poderiam relatar. O pesquisador deve ter não só capacidade, mas, também, vontade e disposição para escrever. Para conseguir que seu trabalho seja aceito, êle deve escrever bem; nenhum administrador, legislador ou mesmo professor gosta de ler o que está mal escrito. Para atingir o ponto de preparo em que o indivíduo pode expressar clara e convincentemente seu pensamento, êle precisa de muita prática. Por isso, em vez de evitar, êle deve aproveitar as oportunidades que tem de escrever, formando hábitos que facilitam a comunicação de suas idéias aos outros.

A expressão oral, por mais fluente que seja, não substitui a escrita. Esta envolve a coordenação entre a mente e a mão e a primeira entre a mente e a língua. A última constitui um registro não só para o presente como, também, para o futuro e a primeira, exclusivamente, para os que estão ao alcance da voz de quem fala. É verdade que, devido a invenções recentes como o disco, a gravação em fio, etc., os indivíduos que acham que escrever é uma tarefa excessivamente pesada podem gravar suas palavras para que outros a escrevam. O taquígrafo que regista as palavras do orador para depois escrevê-las é, de fato, um gravador humano. Mas nenhum desses meios substitui a cuidadosa expressão escrita do pensamento pelo próprio autor, quer escreva com o auxílio de uma máquina de escrever, quer utilize a pena ou o lápis. A expressão escrita seguida da revisão pode ser muito mais concisa e exata do que a expressão oral!

Além disso, é conveniente que o pesquisador assumo pessoalmente a responsabilidade pela redação de seus relatórios, em vez de delegá-los a outras pessoas. Ninguém conhece mais do que ele o assunto em causa. Ninguém mais pode descrever com igual correção as suas descobertas. Quando a pesquisa é realizada por uma equipe, o relatório final deve, certamente, ser escrito por uma só pessoa. No entanto, cada um dos membros dessa equipe deve fornecer ao coordenador dos trabalhos completo relato escrito dos fatos apurados e de suas descobertas. Cada pesquisador deve, da mesma forma, ter oportunidade de ler e comentar o relatório final, pelo menos no que diz respeito a sua contribuição, antes de ser esse relatório divulgado.

O relatório escrito sobre um trabalho de pesquisa basear-se-á, de certo, num sumário revisado de vez em quando, o qual orienta o estudante em suas leituras e coletas de dados. As notas para leitura, feitas durante a investigação bibliográfica ou de biblioteca serão dispostas em seqüência de acordo com o sumário. Os dados coligidos na fase de trabalho de campo serão, também, computados. O redator do relatório pode então retirar de seu fichário e notas o material relativo ao primeiro quesito de seu sumário, começando daí o trabalho de escrever.

A parte mais difícil da tarefa de redação é o primeiro parágrafo, e a mais difícil desse primeiro parágrafo é a primeira frase. Muitos autores desistem no início porque as palavras adequadas não lhe ocorrem à mente. É fato bastante conhecido entre os escritores experimentados que, uma vez transposta essa barreira, as palavras surgem mais facilmente e as idéias fluem de uma para as outras numa seqüência natural. Isso só acontece, porém, com os escritores que são senhores do assunto e que planejam, cuidadosamente, seu trabalho preparando, previamente, um sumário detalhado do mesmo. Uma diferença entre o escritor experiente e um novico é que o primeiro não desfalece quando passa uma ou duas horas sentado, mergulhado em meditação, a espera da

exata combinação de palavras com que começará sua composição.

A escolha das palavras é outro motivo de sugestão para o escritor experimentado. O novico, muitas vezes, emprega palavras elegantes e invulgares, frases complicadas e floridas, pretendendo com isso apresentar uma peça literária e, ao mesmo tempo, útil. A conjugação desses dois propósitos é rara. Só um Euclides da Cunha pode transformar um relatório numa obra prima literária, como no caso de "Os Sertões" ou um Gilberto Freyre em "Casa Grande e Senzala". O que escreve sobre matéria de pesquisa estaria bem avisado se escolhesse palavras comuns e se escrevesse frases simples. Eles teriam muito mais força na transmissão de suas idéias.

Há uma tendência entre os estudantes e, também, entre os que redigem relatórios de pesquisa, no sentido de tentarem fazer uso de todas as notas e referências bibliográficas que registam, enquanto estão empenhados nos trabalhos de investigação. Isto constitui erro! Todas as referências bibliográficas que não se relacionam, diretamente, com o relatório final devem ser excluídas, tanto da bibliografia como das notas de rodapé. O redator, também, deve estar ciente de que precisa ler ou examinar, cuidadosamente, todos os itens citados, de modo que possa ficar sabendo quais são suas relações com o seu trabalho. A inclusão de material que não foi consultado pode criar sérias dificuldades. Verificar-se-á, também, quando se redige o relatório, que algumas das notas que o pesquisador pensou que fossem pertinentes ao assunto quando as encontrou, deixaram de ser úteis à realização dos propósitos do relatório, em virtude da mudança de planos ou de orientação. Estas devem ser, cuidadosamente, excluídas, ainda que representem muitas horas de trabalho, a fim de não quebrar a unidade do documento.

Os pequenos relatórios devem dividir-se, seguindo os itens principais, em partes convenientes e que correspondam às divisões naturais da matéria de que tratam. Os relatórios longos podem dividir-se em capítulos que podem, por sua vez, dividir-se em itens. Um índice geral que indique esses capítulos e suas divisões, assim como o número das páginas em que começam, deve preceder o texto. Isto constitui, em sua essência, uma reprodução do sumário anteriormente preparado. A folha de rosto, conterá o título do relatório, o nome do autor, o lugar e a data em que foi o documento elaborado. Pode seguir-se, então, ao índice, vindo, porém, antes do texto, caso o autor assim o deseje, um prefácio ou introdução em que o autor explica porque foi escrito o relatório e quais os métodos usados, prefácio esse em que ele agradece qualquer colaboração especial que obteve. Se o relatório deve ser publicado, será conveniente, uma vez determinado qual o tipo e devidamente paginado, que o autor prepare o índice remissivo que será apresentado no fim do volume.

No texto do relatório é conveniente incluir notas de rodapé sempre que se fizer necessário:

a) ampliar as explicações do assunto tratado no texto;

b) citar as fontes de onde o material usado no texto foi obtido a fim de que o leitor possa formar sua opinião quanto ao seu valor;

c) dar ao leitor indicações bibliográficas que lhe permitam tratar de assuntos de seu interesse especial, de modo mais detalhado do que o tratado no texto;

d) citar os autores cujas idéias foram discutidas no texto;

e) chamar a atenção do leitor para outras opiniões que apoiam ou contrariam as expressas no texto; e

f) funcionar como um índice cruzado, chamando a atenção do leitor para outras páginas onde o mesmo problema ou problema similar é discutido.

Deve-se ter o cuidado de evitar o uso de notas de rodapé, relativas a material que deve estar no texto e vice-versa. A prova da eficiência é se a explicação no texto é adequada e se flui livremente sem digressões que distraiam o leitor. Num relatório curto, as notas de rodapé devem ser numeradas em séries em todo o relatório. Num relatório longo ou num livro dividido em capítulo, em cada capítulo começa nova numeração para as notas de rodapé.

Quando a nota cita uma obra, deve trazer a referência bibliográfica completa, incluindo o número da página em que aparece o trecho citado, a fim de que o leitor possa encontrar rapidamente o texto original. Quando o trecho citado é extraído de uma revista, ou jornal, a nota deve trazer, além dos outros dados bibliográficos, o número e volume da revista, e a data da publicação. Nas notas, os nomes dos livros ou publicações devem ser sublinhados; as datas de publicação podem figurar entre parêntesis.

As questões de pontuação, ortografia, acentuação; abreviações, e outras do gênero, regulam-se, em qualquer língua, pelas gramáticas de uso corrente. É preferível não recorrer às variações autorizadas pela gramática, mas seguir um único sistema do princípio ao fim do trabalho. A mesma unidade deve existir na ortografia, na apresentação de notas e dados bibliográficos. As variações distraem a atenção do leitor e, interrompendo a continuidade do trabalho, diminuem sua eficiência. A pesquisa é feita com um objetivo, tudo que dificulta a realização deste objetivo é, pois, condenável, como é desejável utilizar todos os recursos que auxiliem a compreensão e adoção dos pontos de vista do autor. Para tal fim, são elementos importantes os organogramas, fluxogramas, gráficos, quadros e tabelas.

Para terminar, diremos que o estudante dedicado à pesquisa, que cheio de esperanças apresenta suas conclusões a seu superior administrativo, ou ao público, não deve desanimar pelo fato de não serem imediatamente adotadas suas propostas. Isto não significa inutilidade do esforço gasto em pesquisa. Geralmente, uma idéia nova leva tempo a frutificar, e talvez até só frutifique quando o superior administrativo consiga atribuir-se as glórias da descoberta. Mas, ainda que uma pesquisa trabalhosamente realizada não resulte em ação, o esforço não terá sido mal empregado. O trabalho já terá realizado uma finalidade educativa para o estudante, e talvez esta experiência venha a ter influência decisiva em seus próprios atos futuros. (*)

Redigido por Harvey Walker, em colaboração com Henry Reining Jr. e Enrique Tejera-Paris, para uso nos Cursos Especiais do IBRA. Rio de Janeiro, Brasil, 1951-52. Todos os direitos reservados.

(*) JOHN M. PFIFFNER, *Research Methods in Public Administration*. Ronald Press Co. New York, 1940. Págs. 387/8.